

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE TROÇOS DANIFICADOS DE LINHA DE ÁGUA PLUVIAL – TONDELA.** -----

----- No dia vinte e quatro do mês de novembro de dois mil e dezassete, no edifício dos Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente Contrato com os seguintes outorgantes: -----

-----**PRIMEIRO**-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----**SEGUNDO**-----

----- Arlindo de Almeida Matos, casado, natural e residente na freguesia de Barreiro de Besteiros, Concelho de Tondela, com o NIF 184 880 700 e o cartão de cidadão número 08715425, válido até 17/04/2021, emitido pela República Portuguesa e Fernando André de Almeida Matos, casado, também natural e residente na dita freguesia de Barreiro de Besteiros, com o NIF 194 980 537 e o cartão de cidadão número 11211075, válido até 31/05/2018, emitido pela República Portuguesa, com poderes para outorgarem em representação da Sociedade por Quotas ACA – Terraplanagens, Limitada, com o NIPC 505 139 952 e sede na Rua António Pereira, 314,, da União das freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, Concelho de Tondela, conforme verifiquei pela Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em dez de março de dois mil e catorze, que arquivo sob o número um, titular do Alvará de empreiteiro de obra públicas com o número 55985 --

PUB, que arquivo sob o número dois. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a dos segundos outorgantes pela exibição dos mencionados documentos de identificação. -----

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 08/11/2017, que arquivo sob o número três, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 16/11/2017, à firma aqui representada pelos segundos outorgantes e após procedimento por Ajuste Direto, a empreitada de Reabilitação de troços Danificados de Linha de Água Pluvial – Tondela, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base submetida na plataforma em 02/11/2017, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 16-11-2017, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de vinte e um mil setecentos e noventa e cinco euros, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo máximo de sessenta dias após a apresentação da respetiva fatura, mediante Autos de Medição a realizar mensalmente, de acordo com o Caderno de Encargos, que arquivo sob o número seis. -----

----- Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora. ---

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por

cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução deste Contrato. -----

----- Que a revisão de preços será feita em conformidade com o artigo 6º do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de janeiro, em articulação com o Despacho SEOP número 1592/2004 e de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, sendo a fórmula tipo a aplicar a seguinte: -----

----- F01 – EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO. -----

----- Que esta empreitada deverá estar concluída trinta dias após a assinatura do Auto de Consignação, prevendo-se o seu início em 24/11/2017 e o seu termo em 24/12/2017. -----

----- No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução dos trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de

Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Pelos segundos outorgantes foi dito que aceitam para a firma que aqui representam, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de mil trezentos e sete euros e setenta cêntimos, é de vinte e três mil cento e dois euros e setenta cêntimos. -

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número sete: Certidão validada via internet e emitida em catorze de novembro de dois mil e dezassete pelo Serviço de Finanças de Tondela, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número oito: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em oito de novembro de dois mil e dezassete, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 3 do artigo 88º do C.C.P., serão efetuadas retenções no valor de dez por cento dos pagamentos a efetuar. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 02-02-03, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 25029/2017, datado de 23/11/2017. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto na aliena h) do artigo 96 do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro que esta empreitada terá execução no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: _____

-----O Segundo Outorgante: _____

-----O Oficial Público: _____

